



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 3396/1989**

Ementa

**EXIGE REFERENDO LEGISLATIVO PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE PRÓPRIO PÚBLICO.**

Data da Norma

**31/05/1989**

Data de Publicação

**02/06/1989**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 4831/1989](#) - Autoria: Felisberto Negri Neto**

Status de Vigência

**Revogada**

Observações

**Veto Total Rejeitado**

**Ação de Inconstitucionalidade n°. 12.248/89 arquivada pelo Ministério Público em 01/14/1989.**

**CÂMARA - referenda - geral**

**SERVIÇOS PÚBLICOS - geral**

**BENS IMÓVEIS - uso - geral**

**Autor: FELISBERTO NEGRI NETO**

Histórico de Alterações

Data da Norma

30/08/2017

Norma Relacionada

**[Lei n° 8826/2017](#)**

Efeito da Norma Relacionada

Revogada por



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

(proc. 17.172)

LEI 3.396/1989  
Fls. 2/2  
Proc. 17.172  
au

Feixa nº 132  
MINISTÉRIO PÚBLICO

LEI Nº 3.396, DE 31 DE MAIO DE 1.989

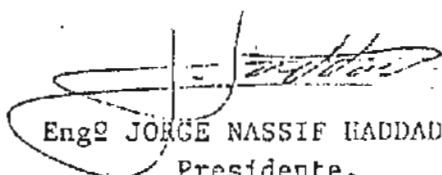
Exige referendo legislativo para prorrogação  
do contrato de exploração de serviço público  
ou de próprio público.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ,  
Estado de São Paulo, de acordo com o aprovado na Sessão Ordinária de 18 de  
abril de 1989, PROMULGA, nos termos do princípio estabelecido nos §§ 5º e 7º  
do art. 66 da Constituição da República, a seguinte lei:

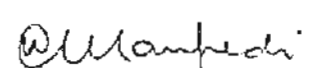
Art. 1º A prorrogação do contrato de exploração de serviço público ou de próprio público depende do referendo da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em trinta e um de maio de mil novecentos e oitenta e nove (31.05.1989).

  
Engº JORGE NASSIF HADDAD,  
Presidente.

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em trinta e um de maio de mil novecentos e oitenta e nove (31.05.1989).

  
WILMA CAMILO MANFREDI,  
Diretora Legislativa.

aat.